



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de
Regularização Ambiental**

Processo nº 1370.01.0032826/2020-66

Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2022.

Procedência: Despacho nº 116/2022/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA

**Destinatário(s): SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de
Controle Processual, SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de
Regularização Ambiental**

Assunto: Solicita manifestação quanto a sugestão de arquivamento

DESPACHO

Prezadas Diretoras,

Em breve histórico, informamos que a Lafarge Brasil S.A formalizou processo administrativo para obtenção de Licença de Operação Corretiva (LOC), vinculada ao Processo Administrativo (PA) COPAM nº 0042/1983/042/2014, visando regularizar as atividades de lavra a céu aberto de calcário e argila nas frentes de lavra denominadas Frente 1, 2 e 3A, bem como adequar a capacidade produtiva atual (volume) de 100.000 toneladas/ano, para 1.200.000 toneladas/ano.

Posteriormente, a CRH Sudeste Indústria de Cimentos S/A adquiriu a empresa, havendo solicitação de alteração de titularidade do empreendimento e consequente alteração do PA COPAM, passando a ter a numeração 31294/2015/008/2017.

Não há nenhum processo de intervenção a ele vinculado no SIAM.

Em complementação ao exposto no Despacho nº 1288/2021/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA (38061428) e considerando as informações trazidas nos Despachos nº 1289/2021/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA (38066821) e nº 1006/2021/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRCP (38273525), servimos do presente para solicitar a avaliação das diretorias da DRRA e DRCP dos fatos elencados.

Restou esclarecido que o não atendimento ao Ofício nº 508/2018 - DREG/SUPRAM CENTRAL/SEMAD/SISEMA no prazo de 15 dias, inicialmente estipulado, não se enquadraria nas hipóteses de arquivamento previstas no Artigo 33º do Decreto Estadual nº 47.383/2018 e que tampouco houve perda de prazo na resposta do Ofício nº 882/2019 DREG/SUPRAM CM/SEMAD/SISEMA, considerando o Artigo 59º da Lei 14.184/2002.

No entanto, o Ofício nº 882/2019 DREG/SUPRAM CM/SEMAD/SISEMA (protocolo

SIAM nº 0513745/2019) solicitou a regularização das supressões de vegetação nativa realizadas sem a devida autorização do órgão ambiental competente (AIA corretiva), bem como a solicitação de novas intervenções necessárias a operação do empreendimento que se encontrem no interior da ADA já licenciada (com apresentação das devidas compensações ambientais). O prazo concedido foi de 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 22, lei 21.972 de 21 de janeiro de 2016.

Conforme constante do ofício, o empreendedor foi informado que o não cumprimento do prazo estipulado ou o fornecimento de informações insuficientes acarretaria o arquivamento do processo conforme Decreto Estadual nº 47.383/2018, tendo em vista a inexistência de elementos essenciais à conclusão de sua análise.

Portanto, as solicitações encaminhadas via OFÍCIO nº 882/2019 DREG/SUPRAMCM/SEMAD/SISEMA e que versam sobre a regularização das intervenções ambientais necessárias ao empreendimento, seguem pendentes há 832 dias.

A documentação para formalização do processo de intervenção ambiental também foi solicitada no Formulário de Orientação Básica (FOBI) nº 0638092/2014 de 28/01/2020, quando do reenquadramento do processo administrativo nos termos da Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017.

Para tanto, fora concedido o prazo de 60 dias (Ofício nº 018/2020 - SEMAD/SUPRAM-CM/DRAF/NAO), vencido em 28/03/2020. A documentação listada no FOBI nº 0638092/2014 segue pendente há 670 dias.

Até o presente momento a documentação e os estudos necessários à formalização do processo de intervenção ambiental não foram apresentados - portanto, pendente há mais de 02 anos.

Cabe ressaltar que, dentre estes documentos faltantes, encontram-se: o levantamento florístico e fitossociológico da vegetação, protegida nos termos da Lei Federal nº 11.428/2006; as propostas de compensação pertinentes, tendo em vistas as intervenções necessárias à implantação e operação do empreendimento; e as medidas mitigadoras relativas ao avanço de lavra e à supressão da vegetação - exigências da Lei Federal nº 11.428/2006. Estes elementos são essenciais e indispensáveis à análise do licenciamento ambiental.

A resposta ao OFÍCIO nº 882/2019, formalizada em 29/10/2019 sob protocolo SIAM nº R0164824/2019, apresentou argumentações de que a empresa aguardava a emissão da licença de coleta/captura e transporte de fauna terrestre e aquática para subsidiar os estudos para a supressão de vegetação Mata Atlântica. Segundo informado neste documento, foram solicitadas informações complementares por parte da SUPRAM CM para a emissão da Autorização de Manejo de Fauna (AMF) e que estas haviam sido respondidas sob protocolo SIAM nº R0153966/2019 em 03/10/2019. Diante disso, a empresa solicitou que fosse retificado o prazo do OFÍCIO nº 882/2019 para que a apresentação das LICs de supressão de vegetação fosse realizada em até 1 ano e meio a partir da emissão da referida AMF.

Entretanto, embora tenha usado esse argumento para pedir a dilação de prazo, a própria empresa informou mediante protocolo SIAM nº R0164824/2019, de 29/10/2019, que o órgão ambiental esclareceu da desnecessidade da realização de atividades de captura, coleta e transporte de fauna terrestre e aquática, nem AMF - Autorização de Manejo de Fauna - para a formalização de processo de intervenção ambiental.

E, portanto, mesmo ciente de que a AMF não era necessária à formalização de processo AIA, ainda assim a empresa persistiu nesse argumento e não realizou a

formalização do processo de intervenção ambiental.

Segue pendente, até o presente momento, a apresentação dos estudos e documentos necessários à formalização do processo de intervenção ambiental, necessário à regularização da área já intervinda; por este motivo não foi realizada a necessária vistoria para conferência de estudos florísticos. Seguem pendentes também a apresentação de propostas e a assinatura dos termos de compromisso referentes às devidas compensações ambientais; pelo mesmo motivo não foi realizada a vistoria necessária à aprovação das devidas compensações ambientais. Procedimentos sem os quais é inviável a conclusão processual.

Ressalta-se, ainda, que não se trata de recusa a analisar a documentação apresentada intempestivamente. Ao contrário, trata-se de pendência persistente no processo por mais de 02 anos.

Ademais do OFÍCIO nº 882/2019, foram encaminhados dois outros ofícios com solicitação de informações complementares: OFÍCIO nº 1267/2019 DREG/SUPRAM CENTRAL/SEMAD/SISEMA de 16 de dezembro de 2019, protocolo SIAM0777030/2019, sobre aspectos hidrogeológico e outorga; e OFÍCIO nº 030/2020 DAT/SUPRAM CENTRAL/SEMAD/SISEMA de 14 de janeiro 2020, protocolo SIAM R00477111/2019, sobre estudo de área de Influência e avaliação de impacto de espeleologia.

De acordo com o Decreto Estadual nº 47.383/2018:

Art. 23 - Caso o órgão ambiental solicite esclarecimentos adicionais, documentos ou informações complementares, inclusive estudos específicos, o empreendedor deverá atender à solicitação no prazo máximo de sessenta dias, contados do recebimento da respectiva notificação, admitida prorrogação justificada por igual período, por uma única vez.

[...]

§ 2º - O prazo previsto no caput poderá ser sobrestado por até quinze meses, improrrogáveis, quando os estudos solicitados exigirem prazos para elaboração superiores, desde que o empreendedor apresente justificativa e cronograma de execução, a serem avaliados pelo órgão ambiental competente.

[...]

§ 4º - Até que o órgão ambiental se manifeste sobre o pedido de prorrogação de prazo estabelecido no caput, fica esse automaticamente prorrogado por mais sessenta dias, contados do término do prazo inicialmente concedido.

Portanto, considerando que as informações complementares solicitadas no OFÍCIO nº 882/2019 DREG/SUPRAM/SEMAD/SISEMA são essenciais para a análise técnica do processo administrativo, sendo documento exigido em FOBI;

Considerando que houve mais de uma solicitação de informações complementares que não contemplaram todas as agendas, tampouco as solicitações jurídicas, e que o processo ainda está em análise técnica;

Considerando que todos os prazos legais já se encontram esgotados - prazos vencidos há 02 anos;

Considerando que até o presente momento não houve formalização do processo de regularização de intervenção ambiental;

Solicitamos às diretorias da DRRA e DRCP que se manifestem frente aos fatos

apresentados, os quais no entendimento da equipe técnica ensejam o arquivamento processual, nos termos da legislação vigente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Romao Oliveira, Servidor(a) Público(a)**, em 27/01/2022, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Silva Manta, Servidor(a) Público(a)**, em 27/01/2022, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41376662** e o código CRC **B8252168**.

Referência: Processo nº 1370.01.0032826/2020-66

SEI nº 41376662



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de
Controle Processual

Processo nº 1370.01.0032826/2020-66

Belo Horizonte, 17 de março de 2022.

Procedência: Despacho nº 375/2022/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRCP

Destinatário(s): SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Superintendência
Regional de Meio Ambiente

Assunto: Encaminha manifestação da DRCP

DESPACHO

Senhor Superintendente,

Tendo em vista as considerações feitas pela DRRA (Despacho nº 116/2022/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA - 41376662), identificamos hipóteses que devem ser consideradas para fins de arquivamento do processo, nos termos do art. 33, II do Decreto 47383/2018:

Art. 33. O processo de licenciamento ambiental ou de autorização para intervenção ambiental será arquivado:

I - a requerimento do empreendedor;

II - quando o empreendedor deixar de apresentar a complementação de informações de que trata o art. 23 ou a certidão a que se refere o art. 18;

III - quando o empreendedor não efetuar, a tempo e modo, o pagamento das despesas de regularização ambiental;

IV - quando o empreendedor não apresentar a manifestação dos órgãos e entidades públicas intervenientes, somente no caso em que essa for exigida para prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, nos termos do § 4º do art. 26.

Parágrafo único. O arquivamento dos processos de licenciamento ambiental ou de autorização para intervenção ambiental deverá ser realizado pela unidade competente por sua análise. **(Parágrafo acrescentado pelo Decreto Nº 47837 DE 09/01/2020).**

Neste sentido, opinamos favoravelmente ao arquivamento do processo COPAM nº 31294/2015/008/2017 em nome de CRH Sudeste Indústria de Cimentos S/A.

Os custos do licenciamento deverão ser apurados e cobrados do empreendedor.
Sigo a disposição.



Documento assinado eletronicamente por **Angelica Aparecida Sezini, Diretora**, em 17/03/2022, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Porto Andrade, Diretora**, em 18/03/2022, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **43713271** e o código CRC **DCEDE999**.

Referência: Processo nº 1370.01.0032826/2020-66

SEI nº 43713271



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de
Controle Processual

Decisão SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRCP nº. S/N/2022

Belo Horizonte, 18 de março de 2022.

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O Superintendente em exercício na Supram CM, no uso de suas atribuições, considerando a fundamentação exposta nos Despachos nº 116/2022/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA (41376662) e nº 375/2022/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRCP (43713271), bem como o disposto no art. 33, II do Decreto 47383/2018, determina o arquivamento do PA COPAM nº 31294/2015/008/2017, em nome de CRH Sudeste Indústria de Cimentos S/A., híbrido ao SEI 1370.01.0032826/2020-66.

À DRAF para apuração de custos eventualmente devidos pelo empreendedor.
Publique-se.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Baliani da Silva, Superintendente**, em 22/03/2022, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **43758334** e o código CRC **96F1AB08**.

Referência: Processo nº 1370.01.0032826/2020-66

SEI nº 43758334